Texto para Discussão

2329

Brasília, setembro de 2017

ipea
SUMÁRIO EXECUTIVO

TAXA DE POUPANÇA E ESTABILIDADE DA RENDA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: EVIDÊNCIA MICROECONÔMICA

Marcos Antonio Coutinho da Silveira
Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

Ajax Reynaldo Bello Moreira
Técnico de planejamento e pesquisa na Dimac do Ipea.

Decorre de sua natureza que a demanda por poupança precaucionária de uma família dependa de suas características sociodemográficas e dos processos estocásticos seguidos por suas fontes de rendimentos. Em particular, quanto maior a vulnerabilidade de uma família a choques adversos na sua renda corrente, maior a demanda por ativos financeiros ou reais cuja imediata liquidação seja capaz de suavizar a trajetória de seu consumo corrente. Desta forma, deve-se esperar que, *ceteris paribus*, famílias com renda mais estável e menos sujeitas a flutuação inesperada possuam relativamente menor taxa de poupança.

A estabilidade da renda familiar depende principalmente da natureza de seus fatos geradores. Famílias com membros ocupados no setor público têm acesso a um fluxo relativamente constante e permanente de renda, ainda que este não somente corresponda a uma menor proporção da renda familiar como também possa estar sujeito à corrosão da inflação. Esta fonte segura de renda garante um nível básico de consumo, e assim exerce um forte impacto negativo sobre a preocupação da família em manter uma reserva de valor para enfrentar um cenário econômico desalentador.

O mesmo pode ser dito em relação às famílias com membros beneficiários de aposentadoria ou alguma espécie de programa de transferência de renda governamental. Os fatos geradores destas fontes de renda guardam pouca relação com a conjuntura do mercado de trabalho, sendo portanto menos vulneráveis a choques adversos na economia que os fatos geradores de rendimentos das ocupações no setor privado.

Não menos importante é que a estabilidade da renda pode afrouxar a restrição de crédito enfrentada pelas famílias. A perspectiva de contar com crédito imediato em momentos de dificuldade financeira faz desnecessário o carregamento de ativos líquidos. Além disso, acesso a crédito permite que as famílias se endividem para suavizar consumo intertemporalmente, inclusive tomando empréstimos financeiros para a aquisição de bens duráveis de consumo, como imóveis e veículos, ou para o investimento em capital humano (educação e saúde). Ambos os casos são argumentos teóricos que sustentam a predição de um efeito negativo da estabilidade da renda sobre a poupança financeira, e ainda um efeito de direção incerta – mais provavelmente positivo – sobre a poupança na forma de ativos não financeiros.

Neste sentido, é importante considerar o efeito diferenciado que a maior estabilidade na renda e o maior acesso ao crédito possam ter sobre formas de poupança alternativas. Uma família pode acumular poupança na forma de ativos financeiros, ativos reais (imóveis, veículos e bens duráveis) e capital humano (gastos com educação e saúde). A redução da poupança precaucionária concomitante a um alívio na restrição de crédito implicaria uma recomposição no balanço patrimonial das famílias na forma de uma maior participação de ativos reais em detrimento de ativos financeiros. Desta forma, o impacto líquido da estabilidade da renda sobre a poupança depende da abrangência do conceito de poupança utilizado.

A fim de avaliar empiricamente a relevância da estabilidade da renda para o tamanho e a composição da poupança familiar, o trabalho pretende estimar o efeito médio da existência de três importantes fontes de renda sobre a taxa de poupança das famílias, medida segundo diferentes grupos de famílias: aquelas que têm membros ocupados no setor público, aquelas que contam com ao menos um membro que recebe aposentadoria, e aquelas que recebem transferência do Programa Bolsa Família.

As duas primeiras são fontes legais de recebimentos vitalícios, pelo menos durante a vida de seus beneficiários, enquanto a terceira se mantém enquanto persistirem as condições de elegibilidade. De qualquer forma, as três geram um fluxo de rendimentos relativamente mais estável que os recebidos de ocupações ativas no setor privado da economia.

A partir das bases de dados microeconômicos das Pesquisas de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (POFs/IBGE) de 2002-2003 e 2008-2009, as estimativas destes efeitos são calculadas neste trabalho a partir dos métodos de pareamento comumente usados na extensa literatura sobre avaliação de tratamento. Este procedimento permite superar problemas de erros de especificação, forma funcional e de efeitos causais heterogêneos.

Os resultados mostram que o efeito do tratamento para os dois grupos que recebem renda "vitalícia" (emprego público e aposentadoria) são semelhantes para a maioria dos casos: *i)* têm mais interesse em tomar empréstimo; *ii)* gastam mais com saúde; *iii)* têm mais interesse em realizar aplicação financeira no ano de 2008; *iv)* o efeito do tratamento não é significativo para a maioria dos demais itens; *v)* os aposentados tendem a gastar menos com a compra de veículos – efeito relacionado com a maior idade do grupo que recebe este tratamento; e *vi)* o funcionário público em 2002 tende a poupar menos e a gastar mais com educação.

O que estes dois grupos têm em comum é a menor vulnerabilidade a choques adversos de uma parte importante dos seus rendimentos, e a substancial similaridade do efeito do tratamento sugere que esta característica reduza a necessidade de poupança precaucionária e alivie a restrição de crédito da família, levando sua poupança a migrar de ativos financeiros para investimento em capital humano.

SUMÁRIO EXECUTIVO